



OBRAS PÚBLICAS

Licitação e Contratação de Obras Públicas por Municípios

 ANDRÉ BAETA E
KARINE LILIAN MACHADO

**#EU
ME
IMPORTO**

**ATUALIZADO
COM BASE NA
LEI 14.133/2021
E NO DECRETO
11.531/2023**

*As melhores práticas
em matéria de licitação
e fiscalização de obras
públicas!*

- Conteúdo atualizado com base na nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e no Decreto de Convênios Federais (Decreto 11.531/2023)
- Quais os principais gargalos na licitação e implantação de obras públicas e como superá-los?
- Como evitar irregularidades na execução das obras e se resguardar para não ser sancionado pelos órgãos de controle?
- As melhores práticas em matéria de licitação e fiscalização de obras públicas!

APRESENTAÇÃO

A prática da boa governança dos recursos investidos em obras públicas – para garantir-lhes a execução pautada no interesse público - envolve sua aplicação de forma correta, transparente e eficiente. Para tanto, o sucesso na implantação de um empreendimento não depende apenas de um bom projeto ou de uma licitação bem-sucedida, mas também de uma eficiente equipe de fiscalização e gestão contratual.

Nesse cenário, será promovido o curso “Licitação e Contratação de Obras Públicas para Prefeituras”, conduzido pelos professores André Baeta e Karine Lílian.

No evento em tela, pretende-se expor que medidas os responsáveis pela condução dos certames licitatórios e pelo acompanhamento da execução contratual podem adotar com vistas a desburocratizar e incrementar a eficiência das contratações e, ao mesmo tempo, se resguardarem de serem responsabilizados pelos órgãos de controle por indícios de irregularidade eventualmente apurados nas obras públicas.

Com o mesmo intuito, o presente curso apresentará as boas práticas observadas em matéria de planejamento, licitação, contratação, gestão e fiscalização contratual, abordando diversas questões polêmicas sobre o tema, bem com muitas outras dúvidas rotineiras na administração pública em relação à gestão e fiscalização dos contratos administrativos, com fundamento na mais recente jurisprudência do TCU.

Finalmente, as obras executadas com recursos descentralizados por meio de convênios e instrumentos congêneres possuem diversas particularidades em sua fiscalização, seja por conta do acompanhamento realizado pelo órgão repassador dos recursos, seja em razão das responsabilidades assumidas pelos órgãos recebedores por ocasião da celebração do instrumento. O presente treinamento visa abordar os principais aspectos e entendimentos do TCU que devem ser observados tanto pelos servidores públicos dos órgãos concedentes como dos órgãos convenientes para evitar a ocorrência de falhas e responsabilização.

PÚBLICO ALVO

Agentes de contratação, membros de comissões de licitação, pregoeiros e integrantes de equipes de apoio e de equipes de planejamento da contratação, engenheiros, arquitetos, assessores e procuradores jurídicos, advogados, fiscais e gestores de contratos, profissionais de órgãos de controle interno e externo, servidores envolvidos no processo de proposição, celebração, acompanhamento e prestação de contas de convênios, bem como os demais agentes públicos envolvidos nos processos de contratação de obras e serviços de engenharia.



CARGA HORÁRIA
24 horas

(durante 03 dias corridos)



ESPECIALISTAS**KARINE LILIAN MACHADO**

MBA em Gestão da Administração Pública, pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica – ICAT. Curso Superior de Direito, pelo Centro Universitário de Brasília – Ceub (Brasília/DF). Participou do Programa de Formação de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa do TCU, com duração de 264 horas (Brasília/DF). MAGISTÉRIO: Conteudista do curso “Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade”, promovido pelo TCU. Instrutora do Instituto Serzedello Correa do TCU. Palestrante e conferencista de cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios, processo no TCU e tomada de contas especial. PUBLICAÇÕES: Co-autora dos livros: Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União, Terceirização – Legislação, Doutrina e Jurisprudência, editado pela Editora Fórum, e Novo Regime Jurídico de Licitações e Contratos das Empresas Estatais, editado pela editora Fórum. Autora de diferentes artigos.

**ANDRÉ PACHIONI BAETA**

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas. Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor ou coautor das seguintes obras:

- Livro “Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas”, publicado pela Editora Pini em 2012.
- Livro “RDC – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações de Obras e Serviços de Engenharia”, publicado pela Editora Pini em 2013, atualmente na terceira edição (2016).
- Coautor do Livro “Pareceres de Engenharia”, publicado pelo Clube dos Autores, em 2016.
- Coautor do Livro “Lei Anticorrupção e Temas de Compliance”, 2ª Edição, publicado pela Editora Juspodivm, em 2016.
- Coautor do Livro “Terceirização, Legislação, Doutrina e Jurisprudência”, publicado pela Editora Fórum, editado pela Editora Fórum em 2017, atualmente na segunda edição (2018).
- Coautor do Livro “Novo Regime Jurídico das Licitações e Contratos das Empresas Estatais”, da Editora Fórum (2018).

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Introdução: as principais irregularidades observadas pelo TCU na fiscalização de obras públicas
- Responsabilização dos Agentes Públicos Envolvidos com o Planejamento, Licitação e Fiscalização de Obras Públicas
- Projetos e Planejamento de Obras
 - Conteúdo e Abrangência dos Projetos Básicos e Projeto Executivo
 - Responsabilidade Técnica pela Elaboração do Projeto Básico ou Executivo
 - Etapas do Desenvolvimento de um Projeto
 - Elaboração do Estudo Técnico Preliminar
 - Entendimentos do TCU relacionados ao Projeto Básico
 - Elaboração Concomitante do Projeto Executivo
 - Restrições aos Autores dos Projetos
 - Irregularidades mais frequentes observadas nos projetos básicos;
 - Conteúdo mínimo do Projeto Básico para os principais tipos de obras;
 - Responsabilidade de quem elabora e de quem aprova o projeto básico perante os órgãos de controle;
 - O projeto básico pode ser alterado no decorrer da obra?
 - O gestor pode ser responsabilizado pela ausência de ART do projeto?
- Aspectos Relevantes de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia
 - Escolha do regime de execução contratual
 - Utilização, vantagens e desvantagens dos regimes de empreitada por preço unitário, preço global ou integral
 - Uso da contratação integrada e semi-integrada
 - Quando constatados erros ou omissões de quantitativos é possível celebrar aditivos nas empreitadas por preço global?
 - Como definir as etapas/parcelas para pagamento nos regimes por preço global?
 - Habilitação Econômica e Financeira;
 - Habilitação Técnica
 - Diferenças entre qualificação técnico-operacional e técnico-profissional
 - Quais documentos podem ser exigidos para a etapa da habilitação?
 - Pode-se exigir atestados de quais serviços? Quais os quantitativos a serem exigidos?
 - Análise de exequibilidade da proposta
 - Critério de Aceitabilidade de Preços Global e Unitário



- Parcelamento da contratação;
 - Modelos de parcelamento para alguns tipos de obras e serviços de engenharia
 - Contratação de obras por emergência.
 - Jurisprudência do TCU.
-
- Noções de Orçamentação
 - Conceito e Propriedades do Orçamento de Obras
 - Classificação dos orçamentos segundo o grau de precisão e segundo o detalhamento.
 - Orçamento sintético e analítico
 - Composições de custo unitário
 - Métodos de Orçamentação
 - Conteúdo de Um Orçamento de Obra Pública
 - Levantamento de Quantitativos de Serviços. Erros mais frequentes. Critérios de Medição e Pagamento
 - Mão de Obra e Encargos Sociais
 - Fontes Referenciais para Obtenção de Salários
 - Causas para a diminuição da produtividade da mão de obra
 - Encargos Sociais para mão de obra horista e mensalista.
 - Desoneração da folha de pagamento. Disposições da Lei 12.844/2013, 13.043/2014, 13.161/2015 e 13.670/2018. Quais tipos de obras estão desonerados? O impacto nos encargos sociais. A incidência da nova contribuição previdenciária sobre a receita bruta. Entendimentos do TCU sobre o tema. O impacto da desoneração da folha nos contratos em andamento. Será necessário realizar o reequilíbrio dos contratos? As obras devem ser orçadas com ou sem desoneração?
 - Materiais de Construção; Coeficientes de Consumo; Preços Unitários dos Materiais
 - Cotação de preços: Definição de critérios de obtenção dos custos de materiais: Menor preço (cotação no mercado ou custos de materiais objeto de pregão), Média Aritmética, Mediana, Moda.
 - Mobilização e Desmobilização
 - Instalação do Canteiro de Obras
 - Administração Local e Manutenção/Operação do Canteiro de Obras
 - Custo Horário dos Equipamentos
 - BDI; Exigência de Detalhamento do BDI; Parcelas que Compõem o BDI; Fórmula de Cálculo do BDI; BDI Diferenciado para Aquisição de Equipamentos; Obtenção de um BDI de referência; Acórdão 2.622/2013 – Plenário (novo Acórdão do TCU sobre BDI).
 - Como compor o BDI em obras beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento?
 - Roteiro para Elaboração de um Orçamento
 - Orçamento de Serviços de Engenharia Consultiva
 - Curva ABC de Serviços
 - Alterações de Escopo e Orçamento para Aditivos Contratuais; jogo de planilha; Manutenção do



- Desconto
- Jogo de Cronograma
- Utilização de Sistemas Referenciais de Preços e do Sinapi
- Disposições legais vigentes sobre os preços de obras executadas com recursos federais.

- Alterações Contratuais
 - Passo a passo para celebração de aditamento contratual com legalidade e segurança jurídica
 - Cálculo do limite de alteração contratual
 - Metodologia do cálculo do limite de aditamento contratual;
 - Alterações qualitativas e quantitativas
 - Pressupostos para extrapolação dos limites legais
 - Alterações irregulares de objeto
 - É possível realizar medições de serviços não contratados antes da celebração do termo aditivo?
 - Como o fiscal deve proceder se a alteração contratual demorar demasiadamente?
 - Alterações contratuais em contratos celebrados no regime de preço global
 - Deve ser mantido o desconto inicial do contrato em relação ao orçamento de referência?
 - Prazos contratuais
 - Em caso de prorrogação do prazo de execução, devem ser aceitos acréscimos relativos a administração local e manutenção do canteiro?

- Fiscalização de obras executadas com recursos de convênios e instrumentos congêneres.
 - As novidades do Decreto 11.531/2023 e da Portaria Conjunta 33/2023;
 - Noções sobre transferências da União e aspectos específicos das transferências voluntárias;
 - Modalidades de descentralização regulamentadas pelo Decreto 11.531/2023;
 - Os impactos dos novos normativos sobre os convênios e instrumentos congêneres já celebrados;
 - As mudanças na reprogramação de projetos com vistas à retomada de obras paralisadas;
 - Os cuidados na elaboração de um plano de trabalho para instrumentos de repasse;
 - Condições para celebração de convênios;
 - As alterações normativas nas cláusulas suspensivas e a apresentação das denominadas “peças técnicas”;
 - De quem é a responsabilidade pela análise e aprovação dos projetos que compõem o objeto conveniado? Do órgão concedente ou do conveniente?
 - Regras relativas à liberação dos recursos e os impactos no início da execução das obras;
 - Como proceder nos casos de atraso na liberação dos recursos?
 - O uso obrigatório do regime de execução por preço global;
 - Execução das obras em período de defeso eleitoral;





- Regras para execução de obras em situações de calamidade;
- Qual o procedimento para a celebração de aditamentos contratuais em obras realizadas por convênio? O órgão concedente precisa aprovar previamente as alterações de projeto? É possível repactuar metas previamente estabelecidas no convênio?
- Execução parcial, com e sem serventia da obra, e inexecução total - responsabilidades;
- Regras relativas à movimentação dos recursos, execução financeira, aplicação dos valores e destinação dos rendimentos;
- Como proceder no caso de reprogramações decorrentes de alterações contratuais (pedidos de reajuste ou reequilíbrio econômico-financeiro, por exemplo)?
- Entendimentos do TCU sobre a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos. A importância da demonstração do nexo de causalidade entre os recursos transferidos e as obras executadas;
- Procedimentos do órgão concedente para análise das prestações de contas, análise de projetos e planos de trabalho, análises da regularidade fundiária da área em que será executada a obra, análise do orçamento da obra, vistorias in loco;
- Procedimentos dos agentes do órgão executor da obra para a prestação de contas e comprovação física dos serviços executados;
- Cuidado com a guarda dos documentos de contratação e gestão do convênio;
- Quem é responsabilizado quando apurado sobrepreço, superfaturamento, deficiência de projetos ou outras irregularidades em obras executadas por convênio?

INVESTIMENTO



R\$ 3.790,00

(Três mil, setecentos e noventa reais)

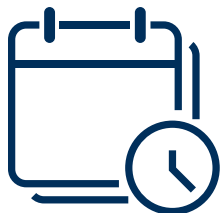
- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes.

Entre em contato com nossas consultoras.

- A CON Treinamentos se reserva do direito de cancelar, reagendar data/horários de realização do curso ou, caso necessário, efetuar a troca do palestrante/instrutor. Comprometemo-nos a informar, assim que possível, os inscritos sobre quaisquer mudanças. Nesse contexto, a empresa permanece isenta de qualquer sanção, indenização ou reparação (material e moral).

- Caso não seja possível confirmar o curso na modalidade presencial por motivos de força maior, o curso acontecerá na modalidade online em tempo real. A CON informará com antecedência de 15 dias corridos.

DATA



21 A 23 DE AGOSTO DE 2024
CAMPINAS/SP

Início 8h30 às 12h00 e das 13h00 às 17h30;
Intervalo de 01h30 para almoço;
Coffee Break às 10h00 e às 16h00.

MATERIAL INCLUSO

- Material de Apoio: apostila com conteúdo a ser ministrado (digital), caneta, lapiseira, marca texto e bloco.
- Certificado de capacitação e aperfeiçoamento profissional registrado em cartório (digital);
- 06 coffee breaks + 03 almoços;

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3068-3858**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de Connect On Marketing de Eventos Eireli, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco n° 001
Ag. 3041-4
C/C 125211-9



Banco n° 341
Ag. 0615
C/C 21708-0



Banco n° 237
Ag. 3200
C/C 7760-7





Se preferir, entre em contato com nossa central de relacionamento:

 (41) **3068-3858**

 (41) **9 9514-1110**

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

    @contreinamentos